

RENATO LOPES BECHO

**EXECUÇÃO FISCAL
ANÁLISE CRÍTICA**

editora e livraria

NOESES

2018

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

B354e

Becho, Renato Lopes

**Execução fiscal : análise crítica / Renato Lopes Becho. - 1. ed. - São Paulo:
Noeses, 2018.**

320 p. : Il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8310-107-9

1143611
1. Direito tributário - Brasil. 2. Execução fiscal - Brasil. I. Título.

18-52522

CDU: 34:351.713

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	VII
INTRODUÇÃO	01
I – Utilizando a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale	05
II – A supremacia da Constituição Federal	06
III – O princípio do devido processo legal.....	08
IV – Os direitos humanos e a duração razoável do processo	11
IV.I – A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e o Pacto de San José da Costa Rica	15
IV.II – A aplicação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e o Pacto de San José da Costa Rica às pessoas jurídicas.....	23
V – Princípios processuais específicos para a execução .	23
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	27
1.1 Processo de execução e processo de conhecimento	27
1.2 A natureza jurídica da penhora.....	33
1.2.1 Uma sutil diferença: segurança do juízo e penhora.....	34
	XI

1.2.2 Sobre a ordem de preferência de bens na penhora.....	35
1.3 Objetivos com a execução fiscal	39
1.4 Dos elogios à codificação às críticas quanto à descodificação da execução fiscal	41
1.5 Os objetivos com o procedimento descodificado não foram alcançados	46
1.6 Alguns destaques do Código de Processo Civil de 2015.....	47
1.6.1 O Código de Processo Civil de 2015 e a atuação dos tribunais	53
1.6.2 A não derrogação da Lei de Execução Fiscal – LEF	61
1.6.3 Sobre a desjudicialização da execução fiscal..	61
CAPÍTULO 2. ASPECTOS PRELIMINARES E GERAIS	63
2.1 A constituição do crédito tributário.....	63
2.2 A inscrição em dívida ativa	65
2.3 O controle judicial das fases precedentes à execução	70
2.4 É cabível BACENJUD antes da realização da citação?	71
2.5 Sobre o cabimento de ação e tutela antecedente para antecipar a garantia de execução fiscal ainda não ajuizada e os efeitos da penhora.....	73
CAPÍTULO 3. A CITAÇÃO COMO MODALIDADE DE INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO CONSTITUCIONALMENTE VÁLIDA.....	83
3.1 Clareando o problema e as opções possíveis para a interrupção da prescrição	84
3.2 O princípio da segurança jurídica.....	92
3.2.1 Por quanto tempo devem ser guardados os documentos fiscais?.....	95

EXECUÇÃO FISCAL
ANÁLISE CRÍTICA

3.3 A complexidade da relação jurídica tributária processual.....	96
3.4 A interrupção da prescrição no Código de Processo Civil (de 1973 e de 2015).....	97
3.5 A interrupção da prescrição no Código Tributário Nacional.....	107
3.6 A superação do problema por parte dos exequentes	110
3.7 Síntese parcial.....	112
3.8 O REsp 1.120.295/SP	112
3.9 REsp 1.120.295/SP: uma decisão fundada no direito natural	117
3.9.1 A dicotomia direito natural <i>versus</i> direito positivo	118
3.9.2 A coerência como forma de argumentação e suas falhas na aplicação.....	124
3.9.3 O REsp 1.120.295/SP: uma decisão aplicando o direito natural.....	126
3.10 Aplicando a teoria dos precedentes.....	127
3.11 Síntese dos argumentos expendidos neste capítulo	134
CAPÍTULO 4. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE .	137
4.1 Prescrição e prescrição intercorrente.....	137
4.2 Breve incursão por outros ramos didáticos da Ciência Jurídica.....	141
4.3 A prescrição intercorrente na doutrina do direito tributário	145
4.4 A jurisprudência dos tribunais superiores	148
4.4.1 A súmula 314 do STJ.....	153
4.5 A prescrição intercorrente ainda que a execução não esteja suspensa	155
4.5.1 A eternização do crédito tributário.....	156

4.5.2	Fundamentação da prescrição intercorrente ainda que a execução não esteja suspensa.....	157
CAPÍTULO 5. FIXANDO PRAZOS PARA OS EXEQUENTES		161
5.1	Um caso prático que aplica o princípio da duração razoável do processo às execuções fiscais	162
5.2	Os prazos processuais na execução fiscal: a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	163
5.3	Apoio da jurisprudência à fundamentação apresentada	171
5.4	Das condições jurídicas para a Administração Pública garantir o regular processamento das execuções fiscais.....	178
5.5	Breve síntese	181
CAPÍTULO 6. DEFESAS DO EXECUTADO.....		183
6.1	Exceção de pré-executividade	183
6.1.1	Exemplo de matéria passível de defesa por exceção de pré-executividade: término de processo falimentar	187
6.2	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard of legal entity</i>).....	190
6.2.1	Da caracterização de grupo econômico	194
6.2.2	Grupo econômico na legislação previdenciária	194
6.2.3	A submissão das disposições de natureza tributária na Lei 8.212/1991 ao Código Tributário Nacional.....	204
6.2.4	Grupo econômico implícito no Código Tributário Nacional	206
6.2.5	Sobre as fraudes em prejuízo do Fisco	209
6.2.6	IDPJ: superando a execução sem título.....	211

EXECUÇÃO FISCAL
ANÁLISE CRÍTICA

6.2.6.1 O Procedimento Administrativo Federal de Reconhecimento de Responsabilidade - PARR.....	219
6.3 Embargos à execução fiscal	221
6.3.1 A constituição da CDA é unilateral pelo credor	223
6.3.2 As dúvidas suscitadas com a Lei 11.382/2006..	229
6.3.3 Efeitos suspensivos dos embargos à execução no Código de Processo Civil.....	231
6.3.3.1 Duas interpretações possíveis	233
6.3.3.2 A sistemática positivada na Lei de Execução Fiscal – LEF	236
6.3.3.3 Os diferentes tipos de títulos executivos extrajudiciais	238
6.3.3.4 Dos efeitos da não suspensão da execução diante da propositura de embargos do sujeito passivo tributário.....	241
6.3.4 Da vedação à tributação com efeito de confisco	242
6.3.4.1 Interpretação não confiscatória: necessidade de caução idônea a ser prestada, previamente, pelos exequentes ..	244
6.3.5 A suspensão da execução fiscal usando como referência o Código de Processo Civil de 2015	247

CAPÍTULO 7. EXECUÇÃO FISCAL: UM PROCEDIMENTO SIMPLES, MAS QUE NÃO ESTÁ FUNCIONANDO A CONTENTO **249**

7.1 A demora no ajuizamento das execuções fiscais	253
7.2 A execução no Código de Processo Civil funciona melhor do que na Lei de Execução Fiscal – LEF	258
7.3 Necessidade de novos paradigmas	260
7.4 Proposta de solução para o problema aventado.....	264

7.5	A preferência política pela cobrança indireta de tributos.....	266
7.5.1	A sistemática de cobrança administrativa e a sistemática de cobrança judicial de tributos federais	269
7.5.2	Prazo máximo de duração da fase administrativa de cobrança: seis meses	274
7.6	Efeitos da escolha política pela cobrança indireta de tributos na justiça federal	277
CAPÍTULO 8. O DIREITO PARA ALÉM DA NORMA JURÍDICA.....		279
8.1	O (des)valor das execuções fiscais	280
8.2	A passividade das procuradorias fazendárias como efeito de decisões judiciais e legislativas e seu impacto no excesso de execuções fiscais.....	285
8.3	As falhas do poder executivo federal no trato do crédito tributário.....	287
8.4	A natureza advocatícia das procuradorias fazendárias	289
8.5	Sobre o Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos – RDCC	291
8.6	Pela criação dos Conselhos Nacionais da Advocacia Pública e do Julgador Administrativo.....	292
8.7	Ministério Público Federal: o grande ausente nas execuções fiscais	294
8.8	Considerações finais.....	294
Referências		297